

CAPÍTU	JLO I – OS DIREITOS INTELECTUAIS	1
1.	Os direitos privados na classificação tradicional	1
2.	A inserção dos direitos da personalidade e dos direitos intelectuais	1
3.	A textura dos direitos intelectuais	2
4.	A bipartição desses direitos: direitos industriais e direitos autorais	3
5.	Direitos autorais: relações com direitos afins	5
CAPÍTU	JLO II – A FUNDAMENTAÇÃO DO DIREITO DE AUTOR	9
6.	A sensibilidade, a liberdade e o papel social da obra estética	9
7.	A criação intelectual, a cultura e a sociedade	13
8.	Indivíduo e sociedade na obra estética: os aspectos liberal e social do	
	direito de autor	19
9.	O direito de autor, o direito à liberdade e à democracia	22
CAPÍTU	JLO III – O DIREITO DE AUTOR	27
10.	O direito de autor: conceituação	27
11.	Sistemas legislativos existentes	27
12.	Denominações	28
13.	Natureza	29
14.	Características básicas	30
15.	Breve histórico	30
16.	Disciplinação legal	31
17.	Posição no Brasil	32
18.	Autonomia	36
CAPÍTU	JLO IV – A MODERNIZAÇÃO DO DIREITO DE AUTOR NA SO-	
CIEDAI	DE DA INFORMAÇÃO	39
19.	O direito de autor na sociedade da informação	39
20.	Consulta pública, participação democrática e reforma da Lei de Direito	
	de Autor	43

CAPÍTU	JLO V – O OBJETO4	15
21.		15
22.	Criações não alcançadas	15
23.	A esteticidade como elemento fundamental	16
24.	Diferença das obras utilitárias	47
25.	A posição da obra de arte aplicada	47
26.	A proteção da forma no direito de autor	18
27.	A originalidade como requisito básico	49
28.	A inserção em suporte	49
29.	Obras protegidas: as obras originárias	50
30.	As obras derivadas.	51
31.	Enunciação de obras protegidas: originárias e derivadas	52
32.	A situação na jurisprudência5	53
33.	Discussões quanto a novas criações	54
34.	Orientações básicas na matéria	55
CAPÍTU	JLO VI – OS TITULARES DE DIREITOS5	57
35.	A criação como título atributivo de direitos	57
36.	Os titulares originários	57
37.	Os titulares derivados	58
38.	A pessoa jurídica como titular	59
39.	Identificação do titular na prática5	59
40.	Casos particulares: as obras anônima, pseudônima e psicografada	59
41.	As obras resultantes de vários elaboradores	5C
42.	A obra em coautoria e suas diferentes modalidades	5C
43.	A obra coletiva6	52
44.	Distinções dessas espécies quanto à obra composta	53
45.	A obra sob encomenda: posição no sistema unionista	53
46.	A posição no Direito anglo-norte-americano	53
47.	A limitação dos direitos do encomendante no nosso sistema	54
48.	Posição dos direitos na obra resultante de prestação de serviços 6	55
49.	Posição dos direitos na obra nascida sob contrato de trabalho	55
50.	Posição dos direitos na obra coletiva	56
51.	Os direitos das partes em concreto	57
CAPÍTU	JLO VII – O CONTEÚDO6	59
52.	Conteúdo dos direitos autorais: os direitos morais e patrimoniais	59
53.	Integração desses direitos	7 C
54.	Os direitos morais	7 C
55.	Características fundamentais dos direitos morais	71

56.	Enumeração desses direitos	72
57.	Os direitos patrimoniais	73
58.	Características básicas dos direitos patrimoniais	73
59.	Enumeração desses direitos	74
60.	A comunicação da obra e o exercício dos direitos do autor	75
61.	A situação nas obras de autoria plúrima	76
62.	Relações jurídicas decorrentes da comunicação	76
63.	A posição das associações de titulares	77
64.	A posição do adquirente de original ou de exemplar	78
65.	A postura da coletividade	79
66.	A missão do Estado nesse contexto	79
67.	Casos especiais de exercício de direitos morais	80
68.	O direito de sequência	80
C 4 DÍTI	•	0.2
	JLO VIII – A REALIZAÇÃO DOS DIREITOS	83
69.	A utilização econômica como base para a incidência dos direitos	83
70.	As exceções à incidência	84
71.	A utilização consentida: sistemas de cobrança	84
72.	O sistema institucional	85
73.	Regime das obras teatrais	86
74.	Regime das obras musicais	87
75.	O sistema contratual	88
76.	Realização de direitos nesse sistema	89
77.	Identificação dos usos permitidos pelo contrato	90
78.	Usos não consentidos	91
79.	A reprografia e seu controle	92
80.	Usos livres: as limitações aos direitos autorais	93
81.	As hipóteses legais de uso livre	94
82.	A utilização econômica e os direitos das pessoas com deficiência	96
CAPÍTU	JLO IX – OS REGIMES ESPECIAIS	99
83.	Regimes especiais de utilização	99
84.	A obra de arte plástica	99
85.	A obra fotográfica	100
86.	A obra fonográfica	102
87.	A obra cinematográfica	102
88.	A obra televisiva	105
89.	A obra videofonográfica	106
90.	A obra radiofônica	107
91.	A obra jornalística	107
02	As obras arquitetônicas	108

	93.	As obras publicitárias	108
	94.	O software	110
CA	PÍTU	LO X – A INSTRUMENTAÇÃO JURÍDICA	111
	95.	Princípios que norteiam a contratação	111
	96.	As orientações básicas no sistema unionista	112
	97.	Posição das leis nacionais	113
	98.	A exceção do sistema anglo-norte-americano	115
	99.	O estatuto obrigacional básico	116
	100.	Os contratos de direitos autorais	118
	101.	O contrato de edição	118
	102.	O contrato de cessão de direitos	120
	103.	O contrato de obra futura	120
	104.	O contrato de produção	121
	105.	O contrato de encomenda	122
	106.	Os contratos de representação e de execução	125
	107.	Outros contratos	126
CA	PÍTU	LO XI – A TRANSMISSÃO DE DIREITOS	127
	108.	A transmissão contratual de direitos	127
	109.	O ingresso dos direitos no circuito negocial	128
	110.	Formalidades para a oneração	129
	111.	A transmissão com multiplicidade de titulares	129
	112.	Outras modalidades de despojamento de direitos	130
	113.	O alcance da renúncia a exercício de direitos morais	130
	114.	Hipóteses de renúncia admitidas	131
	115.	A desapropriação de direitos	132
	116.	A transmissão de direitos por sucessão	132
	117.	A limitação temporal dos direitos patrimoniais	133
	118.	Os prazos de proteção legal	133
	119.	O ingresso da obra no domínio público	134
	120.	A utilização da obra nessa fase	134
	121.	O regime de licença legal	135
	122.	A proteção de patrimônio artístico e cultural	135
	123.	A proteção das expressões culturais tradicionais	138
CA	NPÍTU	LO XII – A ADMINISTRAÇÃO	141
	124.	A estruturação administrativa do setor	141
	125.	Origem do regime: as associações de titulares	142
		As associações de titulares no Brasil	143

12	7. Regime legal das associações	144
12	8. O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD)	146
12	9. O Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA)	147
13	0. Atribuições legais do CNDA	148
13	1. Atuação do CNDA	149
13	2. O Fundo de Direito Autoral	150
13	3. A autoridade policial	151
CAPÍ	ΓULO XIII – A TUTELA	153
	4. As violações aos direitos autorais e a respectiva proteção	153
	55. As formas de reação possíveis	154
	6. Tutela no plano administrativo	155
	7. O registro da obra	155
	8. O depósito de exemplares e a menção de reserva	156
	9. Os procedimentos administrativos para defesa dos direitos autorais	157
	0. Tutela no plano civil	158
	1. Os mecanismos civis de defesa dos direitos autorais	159
14	2. O elenco da lei autoral	159
	3. As medidas concretas possíveis: as ações cautelares comuns	161
	4. Outras medidas desse jaez	162
	5. As ações de caráter cominatório e declaratório	162
14	6. A ação de reparação de danos	163
14	7. As ações de concorrência desleal	164
14	8. A orientação protetiva da jurisprudência	164
	9. Tutela no plano penal	165
15	0. Os mecanismos penais de defesa dos direitos autorais	166
	1. Caracterização dos delitos nesse campo	166
15	2. A enumeração legal dos delitos	167
15	3. Os delitos em nossa legislação	168
15	4. As figuras mais comuns: o plágio e a contrafação	168
15	5. Outras figuras possíveis	170
CAPÍ	TULO XIV – OS DIREITOS CONEXOS	171
	6. Noção e disciplina jurídica dos direitos conexos ao de autor	171
	7. Alcance	173
	8. Disciplinação legal	173
	9. Natureza	174
	0. Regime jurídico	175
	1. Obras protegidas	175
	2. A textura da lei autoral	176

163. A situação da legislação especial anterior	. 177
164. A estruturação dos direitos conexos	
165. Direitos reconhecidos aos titulares e sua realização	
166. A posição dos organismos de radiodifusão e dos produtores de fono	
gramas	
167. A posição dos artistas	
168. O direito de arena	
CADÍTULO VIV. CACOCROLÊMICOCE ATUAIC	105
CAPÍTULO XV – CASOS POLÊMICOS E ATUAIS	
169. O caso das biografias não autorizadas	
170. O caso do direito de autor na internet	
171. O caso polêmico do art. 13 da Diretiva Europeia sobre Direitos Auto	-
rais	
172. O caso da Inteligência Artificial e da autoria robótica de obras artísticas	,
científicas e literárias	. 195
BIBLIOGRAFIA	203
	00
APÊNDICE	
JURISPRUDÊNCIA TEMÁTICA	215
173. Obra artística	. 215
174. Obra literária	. 219
175. Obra científica	. 220
176. Outros	. 221
177. Decisões do STF em matéria de direito de autor	. 223
178 Decisões do STI em matéria de direito de autor	226